

>>>Continuação...

revisão da vida útil destes bens durante o exercício de 2017. A administração julga que os atuais percentuais são adequados para representar a vida útil dos bens. **9. Obrigações Sociais** - Composto por Salários e ordenados R\$ 20.240, Proventos de férias e encargos R\$ 43.950, FGTS R\$ 29.964 e outros 18.008. **10. Obrigações tributárias** - Composto por parcelamento RFB R\$ 87.137, Parcelamento PIS R\$ 33.104 e outros R\$ 68.697. **11. Empréstimos e financiamentos** - Composto por Leasing Banco Bradesco R\$ 17.013, Finame Volkswagen R\$ 11.028 e outros R\$ 31.576. **12. Provisão para contingências** - A Sociedade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas cíveis, fiscais e trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis. A Sociedade está envolvida em outros processos trabalhistas surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da Administração e de seus assessores legais, possuem expectativa de perda classificada como possível. Conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída para, eventualmente, fazer em face de desfechos desfavoráveis dos mesmos. Os montantes destes processos, em 31 de dezembro de 2017, são: trabalhistas R\$ 20.667 (R\$ 12.910 em 2016). **13. Patrimônio líquido - Capital social** - O capital subscrito e integralizado é de R\$ 205.382, dividido em 205.381.596 cotas, com valor de R\$1,00 cada. **14. Cobertura de seguros** - A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e

os prêmios foram devidamente pagos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. **15. Instrumentos financeiros e riscos** - A Sociedade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, que se restringem às aplicações financeiras em condições normais de mercado, estando todos estes reconhecidos nas demonstrações contábeis, os quais se destinam a atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito e de taxa de juros. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos: **(i) risco de crédito** - A Sociedade e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, a Sociedade restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e de análises de crédito contínua. Adicionalmente, a Administração mantém provisão que considera suficiente para eventuais perdas na recuperação de seus recebíveis. **(ii) risco de moeda** - A Sociedade não realiza prestação de serviços indexadas à moeda estrangeira, bem como não possui ativos ou passivos desta natureza. **(iii) risco de taxa de juros** - As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras são taxas compatíveis com as taxas praticadas no mercado. Adicionalmente, como mencionado na Nota Explicativa nº 7, os saldos mantidos com partes relacionadas estão sujeitos

a encargos financeiros, taxas compatíveis com as praticadas no mercado. **b. Valorização dos instrumentos financeiros** - Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: **(i) caixa e equivalentes de caixa** - O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações contábeis (Nota Explicativa nº 3. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado. **(ii) operações com derivativos** - A Sociedade não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos e não possui quaisquer operações de swap ou similares.

| | 2017 | 2016 |
|---|------------------|------------------|
| 16. Receita operacional líquida | | |
| Receita operacional bruta | | |
| Venda de Serviços | 1.114.744 | 1.069.254 |
| Venda de Mercadorias | 53.295 | 43.891 |
| | 1.168.039 | 1.113.145 |
| Deduções | | |
| Impostos incidentes | (115.026) | (108.940) |
| Devoluções e abatimentos | (7.809) | (6.289) |
| | (122.835) | (115.229) |
| Receita operacional líquida | 1.045.204 | 997.916 |
| Diretoria | | |
| Marcos Marangão - Diretor de Multisserviços | | |
| Andrigo Lobo Chiarotti - Diretor de Engenharia | | |
| Contabilidade | | |
| Nelson Cardona Filho - Contador CRC 1SP 208504/O-2 | | |

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Projeto Rede - Projeto Inclusão Educacional e Social

CNPJ nº 61.699.567/0033-70
Nota do Administrador

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da S.P.D.M - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis individuais da unidade Gerenciada: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30/04/2018. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira**, - Diretor Presidente da S.P.D.M.

| Demonstrações Contábeis Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais | | | Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais | | |
|--|----------------------|----------------------|--|----------------------|----------------------|
| Ativo | 2017 | 2016 | Passivo | 2017 | 2016 |
| Ativo Circulante | 22.606.924,54 | 43.876.022,02 | Passivo Circulante | 22.696.470,79 | 43.988.080,29 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 13.070.201,90 | 13.295.319,91 | Fornecedores | 2.661,12 | - |
| Bancos conta movimento (Nota 3.1) | 397,47 | 2.725.295,68 | Serviços de Terceiros Pessoa Física/ Jurídica (Nota 3.6) | 67.163,59 | 68.318,58 |
| Aplicações Financeiras (Nota 3.2) | 13.069.804,43 | 10.570.024,23 | Salários a pagar (Nota 3.7) | 1.199.089,97 | 1.156.823,99 |
| Valores a Receber (Nota 3.3) | 8.055.860,29 | 29.449.279,59 | Contribuições a recolher (Nota 3.8) | 275.207,50 | 262.851,22 |
| Valores em Negociação - Contrato/Convênio (Nota 3.3.2) | - | - | Provisão de férias (Nota 3.9) | 1.776.450,82 | 1.633.866,80 |
| Prefeitura Municipal de São Paulo (Nota 3.3.1) | 8.055.860,29 | 29.449.279,59 | Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.9) | 142.004,18 | 130.712,40 |
| Outros Créditos (Nota 3.4) | 1.480.862,35 | 1.131.422,52 | Provisão de PIS sobre 13º Salário e férias (Nota 3.9) | 17.761,60 | 16.338,74 |
| Adiantamentos a Fornecedores | 205,00 | - | Provisão de despesas com quitações (Nota 3.10) | 11.667.127,82 | 9.472.539,52 |
| Antecipações Salariais | 11.410,53 | 6.770,35 | Impostos a recolher (Nota 3.11) | 47.485,62 | 35.337,64 |
| Antecipação de férias (Nota 3.4.1) | 1.429.868,27 | 1.092.574,23 | Obrigações Tributárias (Nota 3.12) | 1.241,40 | 1.358,91 |
| Outros créditos e adiantamentos | 8.904,38 | 8.592,38 | Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03 (Nota 3.13) | 53.653,10 | 40.322,08 |
| Depósito judicial (Nota 3.4.2) | 23.484,54 | 23.484,54 | Acordo Trabalhista a Pagar | 898,92 | - |
| Adiantamento SPDM | 5.262,10 | - | Outras contas a pagar (Nota 3.14) | 115.497,27 | 117.361,39 |
| Valores Transitáveis | 1.727,53 | 1,02 | Outros Valores de Terceiros | 60,02 | 60,02 |
| Ativo Não Circulante | 2.539,24 | 4.906.982,18 | Estrutura SPDM | - | 28.446,90 |
| Realizável a Longo Prazo | - | 4.903.603,66 | Contratos Públicos a Realizar | 7.330.167,86 | 31.023.742,10 |
| Contratos Públicos a Receber | - | 4.903.603,66 | Passivo não Circulante | 31.481,42 | 4.913.412,34 |
| Ativo Imobilizado (Nota 3.5) | 2.539,24 | 3.378,52 | Provisão de Despesa Processo | - | - |
| Bens de Terceiros (Nota 3.5.2) | 2.539,24 | 3.378,52 | Trabalhistas (Nota 3.15.1) | 28.942,18 | 6.430,16 |
| Bens Móveis | 19.987,30 | 19.987,30 | Obrigações - Bens Móveis de terceiros (Nota 3.5.2) | 19.987,30 | 19.987,30 |
| Ajuste vida útil-bens terceiros (Nota 3.5.1) | (17.448,06) | (16.608,78) | Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis de terceiros (Nota 3.5.1) | (17.448,06) | (16.608,78) |
| Total do Ativo | 22.609.463,78 | 48.783.004,20 | Contratos Públicos a Realizar | - | 4.903.603,66 |

| Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais | | | Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais | | |
|--|---------------------|---------------------|--|----------------------|----------------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | 2017 | 2016 | Receitas | 2017 | 2016 |
| Resultados do exercício/ período | - | - | Receita Bruta de Serviços Prestados com Restrições (Nota 4.1) | 33.856.442,33 | 32.055.116,63 |
| Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais | - | - | Prefeitura Município São Paulo | 27.816.930,93 | 26.429.180,03 |
| Ajuste nas contas patrimoniais | - | (118.488,43) | Isonção usufruída - INSS | - | - |
| Variações nos ativos e passivos | | | Serviços Próprios (Nota 9.1) | 5.196.297,03 | 4.825.355,45 |
| (Aumento) Redução em contas a receber | 25.947.583,13 | 25.222.597,39 | Isonção usufruída - COFINS (Nota 9.2) | 834.507,92 | 792.875,39 |
| (Aumento) Redução em estoques | - | - | Trabalhos Voluntários (Nota 10) | 8.706,45 | 7.705,76 |
| Aumento (Redução) em fornecedores | 1.506,13 | (253.765,48) | (+) Outras Receitas com Restrições | 872.806,68 | 873.108,60 |
| Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões | (26.174.207,27) | (21.934.635,12) | Financeiras | 872.806,68 | 873.108,60 |
| Aumento (Redução) de Bens de Terceiros | (839,28) | (646,03) | (=) Receita Líquida com Restrições | 34.729.249,01 | 32.928.225,23 |
| Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais | (225.957,29) | 2.915.062,32 | Custos e Despesas (Nota 4.2) | | |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | (-) Custos Operacionais com Restrições | 29.956.499,47 | 28.261.218,25 |
| (-) Adição de Bens de Terceiros | 839,28 | 646,03 | (-) Serviços - Pessoal Próprio | 25.204.437,18 | 23.917.444,37 |
| Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos | 839,28 | 646,03 | (-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica | 6.196,91 | - |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | (-) Mercadorias | 30.633,40 | 19.552,50 |
| Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos | - | - | (-) Isonção usufruída - INSS | - | - |
| Aumento (Redução) nas disponibilidades | (225.118,01) | 2.915.708,35 | Serviços Próprios (Nota 9.1) | 4.715.231,98 | 4.324.221,38 |
| No início do período | 13.295.319,91 | 10.379.611,56 | (-) Isonção usufruída - COFINS (Nota 9.2) | 834.507,92 | 792.875,39 |
| No final do período | 13.070.201,90 | 13.295.319,91 | (-) Trabalhos Voluntários (Nota 10) | 8.706,45 | 7.705,76 |

| Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais | | |
|--|----------------------|----------------------|
| dezembro/17 | dezembro/16 | Total |
| 1 - Receitas | 33.856.442,33 | 32.055.116,63 |
| 1.1) Prestação de serviços | 27.825.637,38 | 26.436.885,79 |
| 1.2) Isonção usufruída sobre contribuições | 6.030.804,95 | 5.618.230,84 |
| 2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI) | 343.657,16 | 356.960,95 |
| 2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações d | 30.633,40 | 19.552,50 |
| 2.2) Serviço de terceiros e outros | 299.606,22 | 327.342,88 |
| 2.3) Outros | 13.417,54 | 10.065,57 |
| 3 - Valor Adicionado Bruto (1-2) | 33.512.785,17 | 31.698.155,68 |
| 4 - Retenções | - | - |
| 5 - Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade (3-4) | 33.512.785,17 | 31.698.155,68 |
| 6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência | 872.806,68 | 873.108,60 |
| 6.1) Receitas financeiras | 872.806,68 | 873.108,60 |
| 7 - Valor Adicionado Total (5+6) | 34.385.591,85 | 32.571.264,28 |
| 8 - Distribuição do Valor Adicionado | 34.385.591,85 | 32.571.264,28 |
| 8.1) Pessoal e encargos | 27.844.342,74 | 26.575.755,75 |
| 8.2) Impostos, taxas e contribuições | 240,00 | 220,28 |
| 8.3) Juros | 343,34 | 83,85 |
| 8.4) Aluguéis | 34.898,98 | 22.898,63 |
| 8.5) Isonção usufruída sobre contribuições | 6.030.804,95 | 5.618.230,84 |
| 8.6) Outras Despesas | 466.255,39 | 346.369,17 |
| 8.7) Trabalho Voluntário | 8.706,45 | 7.705,76 |

relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. **2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Projeto Rede** - Rua Estado de Israel, 509 - Vila Clementino - São Paulo - SP - CEP 04022-001 - CNPJ nº 61.699.567/0033-70. **3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002) e suas alterações. O plano de contas adotado atende aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas.

3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa: Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

| | 31.12.2017-R\$ | 31.12.2016-R\$ |
|--------------------------------------|----------------|---------------------|
| Saldo em Caixa | - | - |
| Saldo em Bancos | 397,47 | 2.725.295,68 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 397,47 | 2.725.295,68 |

Os recursos financeiros disponíveis para o Projeto Rede são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2017 o montante de R\$ 397,47 demonstrado no quadro acima. **3.2 - Aplicações Financeiras:** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores encontram-se aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

| | Taxa % | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|-----------------------------|--------------------------|------------|----------------------|
| Instuição Financeira | Tipo de Aplicação | | |
| Banco do Brasil | CDB/RDB BB Reaplicação | 9 % a.m | 30.638,79 |
| Banco do Brasil | CDB/RDB BB Reaplicação | 9 % a.m | 398.548,30 |
| Banco do Brasil | Poupança | 8,5 % a.a | 3.345,01 |
| Banco Bradesco | CDBs Letras | 5 % a.m | 235.990,06 |
| Banco Bradesco | Poupança | 8,5 % a.a | 12.401.282,27 |
| Total | | | 13.069.804,43 |

3.3 - Contas a receber: A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme resolução 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não haja desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1 - Valores a Receber-PMSP:** Os valores registrados nesta conta correspondem a valores a receber de curto prazo, relativos ao Termo de Aditamento Nº 009/2015 ao Convênio Nº 327/2010 e Aditamento Nº 377/2011, 001/2012, 001/2013 e 006/2013, provenientes da Secretaria Municipal da Educação. O montante registrado no Balanço Patrimonial não contempla a necessidade de Avaliação a Valor Presente. Em 31.12.2017 os valores a receber do Projeto Rede representam o montante de R\$ 8.055.860,29 (oito milhões, cinquenta e cinco mil, oitocentos e sessenta reais e vinte nove centavos), cujo valor é composto de: **Valores à Receber em 31.12.2017 (Em Reais)**

| Tipo de Recurso | Vencidos | À Vencer | Saldo em 31.12.2017 |
|--------------------------------|----------|---------------------|---------------------|
| Custeio / Convênio 327/2010 | - | 8.055.860,29 | 8.055.860,29 |
| - TA 009/2015 | - | - | - |
| Total Valores à Receber | | 8.055.860,29 | 8.055.860,29 |

3.3.2 - Valores em Negociação: Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC Nº 1.409/12 (ITG 2002) Item 17 e 27(d), para registrar valores que serão

restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. Representam outros valores a receber relacionados à atividade operacional da instituição, correspondente a valores resultantes do resultado deficitário da unidade gerenciada, oriundos dos convênios gerenciados pela Entidade. **Em 2016 a instituição elaborou estudo de viabilidade de recuperação desses valores, e entendeu por bem, reconhecer o montante de R\$ 118.488,43 como perda diretamente no PL, a unidade mantém valores a título de recuperação de resultados deficitários desde 2012, conforme entendimento mantido com auditores independentes. Vide Nota 5.3.4 - Outros Créditos:** Representam valores e outras contas a receber, normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **3.4.1 - Antecipação de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação trabalhista (CLT). **3.4.2 - Depósito Judicial:** Os valores mantidos em depósito judicial estão amparados por processos trabalhistas e totalizam em 31.12.2017 R\$ 23.484,54. **3.5 - Imobilizado - Bens de Terceiros:** O imobilizado do Projeto Rede é composto de bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos documentos de cessão de uso. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma: *continua*



| Posição em 31/12/2016 | Aquisição | Baixa | Posição em 31/12/2017 |
|-------------------------------------|-----------|-------|-----------------------|
| 19.987,30 | - | - | 19.987,30 |
| Equipamentos Processamento de Dados | 11.595,00 | - | 11.595,00 |
| Mobiliário em Geral | 8.392,30 | - | 8.392,30 |

| Posição em 31/12/2016 | Baixa | Ajustes no Exercício | Posição em 31/12/2017 | Taxas Anuais | Médias Ajustes % |
|-------------------------------------|-------------|----------------------|-----------------------|--------------|------------------|
| (16.608,78) | - | (839,28) | (17.448,06) | | |
| Equipamentos Processamento de Dados | (11.595,00) | - | (11.595,00) | 20% | |
| Mobiliário em Geral | (4.174,50) | (839,28) | (5.853,06) | 10% | |

Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 31/12/2017: 3.5.1

Ajuste do Tempo de Vida Útil: A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.5 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. **3.5.2 - Bens de Terceiros:** Os bens de terceiros de uso do Projeto Rede, cujo valores estão classificados em contas do grupo de imobilizado, tem como contrapartida conta específica no passivo não circulante. **3.6 - Serviços de terceiros:** Os valores contabilizados em Serviços de Terceiros são as obrigações decorrentes da prestação de serviços, seja por pessoa física ou jurídica. O saldo de R\$ 67.163,59, contabilizado nessa conta representa prestadores de serviço pessoa física e jurídica. **3.7 - Salários a Pagar:** De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.8 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS. **3.9 - Provisões Trabalhistas (Férias, FGTS e 13º Salário):** O montante da provisão foi determinado com base na remuneração mensal do colaborador e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável pelas mesmas. **3.10 - Provisão de Despesas com quitações:** A unidade gerenciada constituiu estimativa possível rescisão contratual conforme Termo de Convenio nº 327/2010 e TA 009/2015 estabelecido em seu Plano de Trabalho. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, sendo 25,97% sobre o valor da folha de pagamentos bruta se devidos fossem, em 31.12.2017, para fins de recolhimento de referentes a:

| Composição | % |
|------------------------------------|--------------|
| Férias | 11,11 |
| 13º Salário | 8,33 |
| Multa FGTS | 4,00 |
| Encargo sobre Férias e 13º Salário | 2,53 |
| Total | 25,97 |

3.11 - Impostos a Recolher: Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT e serviços médicos prestados e ISS sobre serviços médicos prestados. **3.12 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo final a pagar em 2017 referentes aos impostos citados acima foi de R\$ 1.241,40 e em 2016 foi de R\$ 1.358,91. **3.13 - Empréstimo a Funcionário Lei 10.820/03:** A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece a seus funcionários o crédito consignado com o Banco Bradesco, com desconto em folha. O montante contabilizado em 31.12.2017 representa R\$ 53.653,10. **3.14 - Outras contas a pagar:** Os valores evidenciados em outras contas a pagar referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da instituição. **3.15 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.15.1 - Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15/09/2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2017, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 704.472,21, onde a probabilidade era tida como "provável" o valor total chegou a R\$ 28.942,18.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor Presidente da S.P.D.M.

Relatório dos Auditores Independentes: Opinião: Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Projeto Rede - Programa de Inclusão Educacional e Social que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31/12/2017, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31/12/2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2017, como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis,

| Posição em 31/12/2016 | Aquisição | Baixa | Posição em 31/12/2017 |
|-------------------------------------|-----------|-------|-----------------------|
| 19.987,30 | - | - | 19.987,30 |
| Equipamentos Processamento de Dados | 11.595,00 | - | 11.595,00 |
| Mobiliário em Geral | 8.392,30 | - | 8.392,30 |

Passivo Contingência - 2017

Trabalhista

Provável.

R\$ 28.942,18

3.15.2 - Contingências Ativas: Em atendimento ao Princípio do Conservadorismo (Prudência), as contingências ativas não devem ser contabilizadas enquanto não estiverem efetivamente asseguradas a sua obtenção em decisão final para a qual não caibam mais quaisquer recursos. Mesmo nas situações em que a probabilidade seja favorável, isto não é suficiente para dar base ao reconhecimento do ganho contingente, uma vez que esta não assegura uma decisão final favorável à instituição. Em 2017, possuímos contingências ativas, cuja probabilidade era tida como "possível" no valor de R\$ 10.000,00 com relação às execuções Tributárias.

Ativo Contingência - 2017

Tributária

Possível.

R\$ 10.000,00

3.16 - Outros Ativos e Passivos: Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **3.17 - Apuração do Resultado:** Conforme Resolução nº 1.305/10 (NBC TG 07), Item 12, o resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. **4 - Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais fiscais. **4.1 - Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.2 - Dos Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais e de apoio a instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3 - Auxílios, Subvenções, Contrato de Gestão e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2017, a Associação recebeu Assistências Governamentais Municipais conforme quadro abaixo:

CNPJ nº 61.699.567/0033-70

Termo de Convênio

R\$

Convênio Nº: Termo de Aditamento Nº 009/2015 ao

Convênio Nº 327/2010 e Aditamento Nº 377/2011,

001/2012, 001/2013 e 006/2013.

25.516.775,99

Total

25.516.775,99

5 - Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, não houve movimentação na DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, nos períodos de 31.12.2013, 31.12.2014 e 31.12.2015, respectivamente. A unidade mantém valores a título de recuperação de resultados deficitários desde 2012, entretanto, em 2016 a instituição elaborou estudo de viabilidade de recuperação desses valores, e entendeu por bem reconhecer o montante de R\$ 118.488,43 como perda diretamente no PL, conforme entendimento mantido com auditores independentes e diretoria local, em virtude da impossibilidade de recuperação desse resultado operacional. **6 - Resultado Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução nº 1.305/13 (NBC TG 07 R1), Item 12, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistemáticas. Em 2017, a instituição reconheceu repasses e outras receitas no montante de R\$ 26.389.582,67 (Vinte e Seis milhões, trezentos e oitenta e nove mil, quinhentos e oitenta e dois reais e sessenta e sete centavos), os recursos foram aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade, considerando custos e despesas operacionais no período, totalizando um montante de R\$ 28.689.737,61 (Vinte e oito milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, setecentos e trinta e sete reais e sessenta e um centavos). Dessa forma, se houvesse apuração do resultado, a instituição encerraria o exercício com um resultado operacional deficitário de R\$ 2.300.154,94 (Dois milhões, trezentos mil, cento e cinquenta e quatro reais e noventa e quatro centavos).

Luciana Gonçalves - Contadora CRC 1SP289115/O-8

Dra. Yumi Kaneko - Diretor Técnico

tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 29/03/2018. Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SF 024298/O-3; Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório nº 7710/04; Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.

Este resultado ficará consignado em conta específica do ativo, denominada "valores em negociação contrato/convênio", até o final do contrato de gestão. **6.1 Enfase ao Resultado:** Esse desequilíbrio pode estar associado ao aumento da demanda, ausência de recursos ou reajustes inflacionários para cobertura de dissídios e outros custos/despesas, itens influentes para o equilíbrio econômico-financeiro do Convênio. **7 - Das Disposições da Lei 12.101/09 e Portaria 834/16 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o Art. 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. O Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social apresentou em 2017, a seguinte produção:

Produção - 2017

Linha de Atendimento

SME-SP

Rede

Nº de Auxiliar de Vida Escolar Ativos

Nº de Alunos Atendidos

Nº de Unidades Escolas Atendidas

8 - Relatório de Execução: A unidade não tem metas propostas, o atendimento é feito sob demanda, por solicitação da Secretaria Municipal da Educação. Vide dados de atendimento (Nota 7). **9 - Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834 de 26/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.003623/2018-01 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam: R\$ 6.030.804,95. Em 02/09/2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2017, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica em R\$ 5.196.297,03. Em 2016, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 4.825.355,45. **9.2 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2017 foi de R\$ 834.507,92. Em 2016 o referido valor de receita totalizou R\$ 792.875,39. **10 - Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado. Em 2017, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 8.706,45; em 2016 estes valores foram de R\$ 7.660,22. **11 - Ajuste a Valor Presente (Resolução Do CFC No. 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento às legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **12 - Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31/12/2017.

880

3949

759

880

3949

759

880

3949

759

880

3949

759

880

3949

759

880

3949

759

880

3949

759

880

3949

759

880

3949

759

880

3949

759

880

3949

759

